

Área: Ciências Sociais Aplicadas / Administração

Projeto: A POLÍTICA DE IDENTIDADE INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL BRASILEIRA: TENSÕES E CONFLITOS E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A GESTÃO

Autores: ANA CLARA DE CASTRO PEREIRA (XXII PIBIC/XXVI BIC/UFJF); NAYARA GONÇALVES LAURIANO (XXII PIBIC/XXVI BIC/UFJF); ANGELO BRIGATO ESTHER (ORIENTADOR)

Resumo:

A identidade institucional da universidade brasileira não constitui uma unanimidade, a despeito da legislação defini-la formalmente, o que implica dizer que os atores sociais não estabeleceram um consenso acerca do que a universidade é, qual seu real papel e a quem ela serve. Historicamente, a instituição universitária tem sido reverenciada por formar profissionais para o mercado de trabalho, a partir das premissas da teoria do capital humano. No caso brasileiro, desde a reforma do Estado, implementada a partir do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, a universidade vem sendo transformada no sentido de uma organização prestadora de serviço, notadamente direcionada para atender aos imperativos produtivos fundamentalmente empresariais, tomando-se como premissa a ideia de que os países devem adotar estratégias nacionais de desenvolvimento baseadas no conhecimento, cujo domínio propiciaria tanto o desenvolvimento interno quanto a competitividade na economia global. Neste contexto, cuja lógica defendida pelos países centrais implica a livre concorrência e baixo envolvimento (e investimento) governamental, as empresas assumem papel de ator privilegiado. Também neste contexto, ganha força o campo da ciência e tecnologia (C&T) – para o qual o conhecimento constitui fonte de produção, de competição e de riqueza nacional – a qual assume contornos da principal estratégia de desenvolvimento dos países. Assim, conhecimento e educação passam a ser compreendidos como insumos e produtos num mercado global, enquanto ao Estado competiria cuidar de aspectos assistenciais. Em outras palavras, atribui-se às universidades um papel central de agente do desenvolvimento econômico, cuja função é gerar capital humano para o desenvolvimento de tecnologia. Considerando que os atores macrossociais (governo, sindicatos, representações estudantis, ANDIFES) enfrentam tensões quanto ao rumos da universidade, a pesquisa procurou, por meio de um estudo de caso, compreender como os gestores universitários, constituintes do Conselho Superior, compreendem e lidam com uma série de tensões, contradições e ambiguidades em sua função de dirigir uma instituição cujo papel e atuação ainda não constitui um consenso amplamente negociado, ou seja, compreender como as universidades têm sido dirigidas no contexto de uma política de identidade institucional contestada.